



ATA DA 375ª (TRICENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE UBERABA) – EXERCÍCIO 2019.

No décimo sexto (16) dia do mês de maio de 2019, às nove horas na sala de reuniões do IPSEV, situado a Rua São Sebastião, 91 realizou-se a reunião ordinária do Conselho Administrativo convocada pelo Presidente deste. Compareceram à reunião os seguintes membros titulares do Conselho Administrativo do IPSEV Gestão 2018 - 2020: Arnaldo José Bisinoto, Gislaine Aparecida de Oliveira, Maria Claudia Farias Almeida, Moacir Felix Sobrinho, Taciana Castro Balduino, o Senhor Wellington Gaia Presidente do IPSEV e ainda João Batista Paranhos Júnior Superintendente Administrativo e Financeiro do IPSEV. Após a verificação do quórum, o Presidente do Conselho Administrativo, Moacir Felix Sobrinho declarou aberta a reunião, cumprimentou e agradeceu a presença de todos. O presidente do Conselho passou então a leitura da pauta e a discussão de cada item. I – Apresentação de contas de janeiro, fevereiro, março e abril de 2019: foram entregues ao Conselho, somente os relatórios dos balancetes relativo aos meses de janeiro e fevereiro de 2019, do qual verificamos que as informações dos fechamentos já foram enviadas ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, através do SICOM., o Conselheiro Moacir Félix Sobrinho, esclarece aos demais Conselheiros, que no anexo 17 – Dívida Flutuante do mês de fevereiro, ainda existe pendências de regularizações de recolhimentos/pagamentos nos seguintes itens: o Imposto de Renda retido em folhas de pagamentos dos servidores ativos e inativos do IPSEV. No valor de R\$ 5.792.680,59 (cinco milhões, setecentos e noventa e dois mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), Capemisa Seguradora de vida – plano financeiro no valor pendente de R\$ 109.886,20 (cento e nove mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos), Maritima Seguros S/A – plano financeiro, no valor pendente de R\$ 502.930,57 (quinhentos e dois mil, novecentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos), Empréstimo Caixa – plano financeiro, no valor de R\$ 349.896,52 (trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos), além de outras a recolher, o Conselheiro informou ainda que o não recolhimento do Imposto de Renda do IPSEV para a Prefeitura Municipal de Uberaba, e a não contabilização do Imposto reflete negativamente nas aplicações Constitucionais nas áreas da Saúde e Educação, além do que a receita do Imposto de renda, fazendo parte da Receita Corrente Líquida, e a ocorrência do não pagamento por parte do IPSEV, os valores mensais não contabilizados na Receita Tributária do Município, está causando prejuízo para a Receita Federal do Brasil, quando dos cálculos mensais no recolhimento do PASEP, portanto entendemos que o Presidente do IPSEV, assegure medidas para as devidas providências quanto a regularização das inconsistências verificados por nós Conselheiros Administrativos. II – Apresentação do recolhimento das contribuições mensais de janeiro, fevereiro, março e abril do ano de 2019: Constatamos que a Prefeitura não recolheu os valores da parte patronal do plano previdenciário de janeiro, fevereiro, março e abril, no montante de R\$ 3.487.537,40 (três milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta e sete reais e quarenta centavos) e que até a presente data também tinha uma pendência de parte a recolher dos segurados do mês de abril, no valor de R\$ 931.854,29 (novecentos e trinta e um mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e nove centavos). III – Apresentação do saldo de recursos aplicados, bem como o relatório de investimentos com parecer do instituto. O servidor João Júnior entregou a documentação referente ao mês de abril e por meio de parecer da Superintendência Administrativa e Financeira explicou que esse mês o IPSEV atingiu uma rentabilidade de 0,88% frente a uma meta mensal de 0,87% rendendo um montante de R\$3.103.785,53 (Três milhões, cento e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e três centavos). Demonstrando um saldo final de R\$ 359.713.487,33, portanto o patrimônio líquido está próximo de 360 milhões, aplicado em três instituições financeiras de grande porte (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Itaú. A carteira de investimento do IPSEV, continua com um perfil conservador, porém com viés de mudanças para um perfil moderado, conforme decisões aprovadas no comitê de investimentos, destaque para a aplicação sugerida pela Superintendência Financeira e aprovada por unanimidade no referido comitê no fundo Absoluto Institucional que rendeu 4% no mês frente a uma rentabilidade na bolsa de apenas 1%, mostrando assim que as decisões tomadas estão no caminho certo. Na última reunião do comitê ficou decidido que parte do patrimônio, ou seja 15% do PL, deverá ser alocado em renda variável em momentos oportunos e em fundos e instituições enquadradas na resolução nº4.695 do CMN. IV – Estudo e Análise do Certificado de Regularização Previdenciária. A data de

vigência do CRP é de 07/06/2019. Com decisão judicial e provavelmente será renovado dessa forma. O instituto explicou que continua atualizando os dados. V – Esclarecimentos sobre o Setor de Perícia Médica. Constatou-se que há alguns problemas nesse setor e aguardaremos esclarecimentos sobre o problema e como será solucionado na próxima reunião. VI – Apresentação de um demonstrativo consolidado e Total da dívida da prefeitura, junto ao IPSERV, relativo a Parcelamentos das Contribuições Previdenciárias: Na análise verificada no Balanço Patrimonial-Créditos A Longo Prazo de fevereiro de 2019 pelo Conselheiro Moacir Félix, constatou-se que o total atual da dívida de parcelamentos da Prefeitura junto ao IPSERV. É de R\$ 35.426.546,29(trinta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos), além de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo (Banco Santos) no valor de R\$ 954.216,12(novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e doze centavos). Verificamos que Prefeitura está em dia com os pagamentos dos parcelamentos realizados anteriormente. E estão aguardando a aprovação de um novo parcelamento das contribuições patronais não pagas no exercício de 2018. Continuando a reunião deu-se a palavra para outros assuntos. O presidente Wellington Gaia passou a situação de um dos veículos do Instituto, uma Parati 2003, que está muito velho e sua manutenções está ficando muito cara, definiu-se então que o instituto irá adquirir um veículo popular nacional 1000, condicionando o veículo Parati 2003 como base de troca. Também contou que o Prefeito já assinou a doação do terreno para o Instituto, e que o projeto provavelmente passará na câmara semana que vem. O conselheiro Moacir questionou mais uma vez sobre a regularização da situação do Imposto de Renda e consignados que já foi debatido várias vezes e que a Prefeitura ainda não regularizou essa situação. A conselheira Maria Claudia questionou sobre a contratação de uma terceirizada para fazer o organograma do Instituto, se o instituto não tem pessoal capacitado para elaborar o mesmo. Questionou ainda se o novo organograma será previamente apresentado ao Conselho Administrativo. João Júnior disse que o Instituto precisava de um olhar de fora, que esse organograma será feito para corrigir distorções, atualizando e se adequando ao Pró-gestão. A conselheira Taciana perguntou se terá aumento de cargos comissionados. No que foi respondida que sim pelo Superintendente João Júnior. Diante do exposto, os conselheiros decidiram solicitar que seja apresentado na próxima reunião o processo licitatório referente a contratação, bem como os itens que são exigidos pelo Pro-Gestão que justifiquem a ampliação dos cargos e também um estudo de impacto orçamentário e financeiro para essas mudanças. A conselheira Maria Claudia voltou a questionar sobre a auditoria que começou a ser feita no Instituto antes do nosso mandato. Se finalmente tinha terminado. João esclareceu que a auditoria acabou e está sendo analisada pelo jurídico para constatar se a empresa atendeu os requisitos do escopo da contratação e que apenas após essa análise, o IPSERV dará o aceite e realizará o pagamento a empresa, e que provavelmente passará o relatório para a apreciação do conselho no segundo semestre. A conselheira Gislaine trouxe para conhecimento de todos a Portaria N° 01/2019 – CG de 10 de abril de 2019, que dispõe sobre o “Checklist” para a elaboração das Prestações de Contas Anuais, que o instituto terá que fazer também. O Conselho deliberou que a próxima reunião será realizada no dia 13/06/2019, devendo ser adotadas as medidas cabíveis. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 11 horas e 10 minutos. Eu Maria Claudia Farias Almeida lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e demais membros do Conselho Administrativo:

Moacir Felix Sobrinho
Presidente do Conselho

Gislaine Aparecida de Oliveira
Vice-Presidente do Conselho

Maria Claudia Farias Almeida
Secretária do Conselho

Arnaldo José Bizinoto
Conselheiro

Taciana de Castro Balduino
Conselheira